



ESTADOS UNIDOS / Proposta do presidente Joe Biden de aumentar impostos para corporações e milionários deve encontrar forte resistência dentro do Congresso. Líder democrata ataca os “autocratas” da China. Especialistas avaliam riscos do novo plano econômico

Fardo aos mais ricos

» RODRIGO CRAVEIRO

Valorizar a classe média como responsável pela construção dos Estados Unidos e exigir dos mais ricos — uma parcela de 1% da população norte-americana — um fardo maior no pagamento de impostos federais. A proposta faz parte do “Plano para as Famílias Americanas”, apresentado na noite de quarta-feira pelo presidente Joe Biden, durante discurso em sessão conjunta da Câmara dos Representantes e do Senado. A reconstrução da classe média, com o aumento da taxa de impostos dos mais abastados e investimentos de US\$ 1,8 trilhão em 10 anos, deverá trilhar um longo caminho político antes de se tornar realidade, na opinião de especialistas.

Em seu discurso, Biden disse que “é hora de as corporações americanas e o 1% mais rico da população começarem a pagar sua justa partilha”. Ele citou um estudo recente indicando que 55% das maiores corporações do país pagaram zero em imposto federal em 2020. “Estas 55 empresas tiveram mais de US\$ 40 bilhões em lucros. (...) Isso não está certo”, avisou. “Vamos começar pelo que eu não farei: não vou impor qualquer aumento de imposto a pessoas que ganhem menos do que US\$ 400 mil.”

Além do êxito no combate à pandemia da covid-19, Biden abordou a ameaça representada pela China e mencionou diretamente o presidente chinês, Xi Jinping. “Ele e outros — autocratas — acham que a democracia não pode competir no século 21 com as autocracias, porque leva tempo demais para obter consenso”, comentou. “Estamos competindo com a China e outros países para vencer o século 21. Temos que fazer algo mais que reconstruir, temos que construir melhor.” Ontem, Biden e a primeira-dama, Jill, visitaram o ex-presidente Jimmy Carter, 96 anos, em Plains, no estado da Geórgia.

Denilde Holzacker, professora de Relações Internacionais da ESPM São Paulo, afirmou ao **Correio** que o plano de Biden terá uma enorme resistência no Congresso,

Fotos: Nicholas Kamm/AFP



Um líder romântico: antes de embarcarem no helicóptero Marine One, Joe Biden colhe um dente-de-leão e oferece a flor à primeira-dama, Jill Biden



» Começa a retirada do Afeganistão

A retirada das tropas que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) mantém no Afeganistão começou de forma coordenada e com atenção especial às medidas de segurança, declarou um funcionário da aliança militar transatlântica. “A retirada começou. Será um processo ordenado, coordenado e deliberado. A segurança das tropas será uma prioridade absoluta em todas as fases”, disse a fonte. Neste processo de retirada das tropas do território afegão, “estamos tomando todas as medidas necessárias para manter nosso pessoal fora de perigo”. Questionado pelo **Correio**, Zabihullah Mujahid, porta-voz do Talibã, reagiu: “Acho que é uma boa jogada”.

Pequim recusa imposição a ideais democráticos

O governo da China alertou, ontem, os Estados Unidos contra o perigo de desejar impor seus ideais democráticos a outras nações. Pequim também criticou as sanções comerciais e as manobras militares em áreas sob sua influência. Questionado sobre o primeiro discurso do presidente Joe Biden ao Congresso norte-americano, na noite de quarta-feira, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Wang Wenbin, considerou normal que EUA e China competissem em alguns setores. “Mas este tipo de concorrência deve ser uma corrida de atletismo, não um duelo até a morte”, reiterou. Wang também alertou que “obrigar outros países a aceitarem o próprio sistema democrático (...) só criará divisões, intensificará a tensão e prejudicará a estabilidade”.

principalmente dentro do Partido Republicano, por reverter uma medida tomada pelo ex-presidente Donald Trump, que cortou impostos em 2017. “Por outro lado, Biden traz ao debate uma questão bastante relevante: a desigualdade no país. A diferença crescente entre o 1% que detém uma parcela da riqueza nacional e o restante. A proposta dele tem uma função de buscar trazer mais equilíbrio e tirar o peso dos impostos para a classe média, cada vez mais sofrendo com o aumento do custo de vida e com a perda do poder aquisitivo”, explicou.

Segundo Holzacker, o plano

do democrata apresenta um efeito distributivo importante e ataca a desigualdade. “É algo que terá um forte embate no Legislativo. Os republicanos vão se posicionar contrários, principalmente por defenderem uma política que remonta a Trump”, aposta. Ela acredita que os efeitos econômicos das medidas dependerão de estudos sobre a desoneração e sobre os subsídios cobrados de corporações. “Há duas questões importantes: o tema da desigualdade e uma forma de financiar os dois programas de reforma econômica propostos por Biden — no setor

» Eu acho...

Arquivo pessoal



“O discurso de Biden teve foco na questão doméstica. O ponto mais importante foi convencer a sociedade sobre a importância do investimento estatal e que o governo precisa impulsionar a mudança na economia, a fim de colocar os EUA na liderança em desenvolvimento econômico e em tecnologia.”

Denilde Holzacker, professora de Relações Internacionais da ESPM São Paulo



Um estudo recente mostra que 55% das maiores corporações do país pagaram zero em imposto federal no ano passado. Estas 55 empresas tiveram mais de US\$ 40 bilhões em lucros”

Joe Biden, presidente dos Estados Unidos

de infra-estrutura e aquele voltado para as famílias”, acrescentou a estudiosa da ESPM.

Competitividade

Na opinião de Holzacker, o aumento de impostos para os mais ricos pode ajudar a bancar essas reformas. A professora adverte que uma parcela dos especialistas norte-americanos teme que as medidas prejudiquem a competitividade dos Estados Unidos. Ainda de acordo com ela, a retórica de Biden também está atrelada à disputa da China. “O presidente sugeriu que, se os americanos nada

fizerem e se não houver mudança na postura dos congressistas, dificilmente os EUA conseguirão competir com a China”, observou. “Foi um discurso que buscou ser otimista e mostrar que se avançou nas agendas de reformulação do país, especialmente nos temas da economia e da pandemia. Ele trouxe agendas mais progressistas e questões de forte controvérsia na sociedade, como as armas.”

Kyle Kondik, especialista em ciência política pela Universidade da Virgínia, disse à agência France-Presse que Biden “simplesmente não tem margem para erro”. “A menos que ele consiga de alguma

forma o apoio republicano. Mas isso implicaria em uma aceitação de medidas muito menos ambiciosas do que as que apresentou”, avaliou. Kondik sublinha que as alas progressista e centrista do Partido Democrata não demonstram sintonia com essas propostas. Para Jenna Bednar, professora de ciência política da Universidade de Michigan, Biden deve convencer os opositores e democratas centristas de que “os projetos são muito populares entre seus eleitores”.

Nancy Pelosi, presidente da Câmara dos Representantes, elogiou a “mensagem unificadora de resiliência, determinação e esperança” transmitida por Biden no pronunciamento de anteontem. “O discurso apresentou uma visão ambiciosa e transformadora para aproveitarmos esta oportunidade única, em um século, para nossa economia ser melhor reconstruída. Isso será feito com investimentos na base da fortaleza de nossa nação: os nossos trabalhadores e a classe média”, declarou.

Mitch McConnell, líder republicano no Senado, admitiu que Biden falou sobre unidade e união. “Mas ele entregou uma lista de compras de trilhões de dólares. Um longo devaneio neoliberal, que forçaria a vida das famílias americanas aos moldes dos democratas de Washington.”

COVID-19

Parlamento Europeu denuncia “necropolítica” de Bolsonaro

Jan Van De Vel/União Europeia/Divulgação



No dia em que o Brasil ultrapassou a marca dos 400 mil mortos pela covid-19, as críticas à “necropolítica” do presidente Jair Bolsonaro e ao negacionismo na condução da pandemia dominaram ontem os debates do Parlamento Europeu, em Bruxelas. A proposta inicial era fazer uma exposição da crise sanitária na América Latina, mas as discussões colocaram foco na situação brasileira. O eurodeputado espanhol Miguel Urbán, membro do partido Anticapitalistas e do Grupo da Esquerda do Parlamento Europeu, subiu ao púlpito e cobrou uma iniciativa da comunidade internacional. “Por ação ou omissão, a necropolítica de Bolsonaro constitui um crime contra a humanidade que deve ser investigado”, declarou.

Mais tarde, em entrevista ao **Correio** (leia **Duas perguntas para**), Urbán defendeu a adoção de medidas retaliatórias à gestão da pandemia pelo Brasil. “A Europa tem que apoiar a investigação contra o governo Bolsonaro; não ratificar o acordo entre Mercosul e União Europeia (UE); canalizar auxílios diretos à sociedade civil e às comunidades indígenas brasileiras, sem passar pelo governo negacionista de Bolsonaro; e cancelar todas as dívidas do país, para que o Brasil possa produzir

vacinas e avançar na campanha de imunização”, afirmou.

Urbán lembra que fazer frente à pandemia da covid-19 é um desafio global, mas ressalta que o surto em alguns países foi exacerbado depois que governos minimizaram a gravidade da doença, promoveram tratamentos sem base científica, atrasaram deliberadamente a vacinação e evitaram

medidas de contenção. “Um desses países foi justamente o Brasil”, ressaltou. O eurodeputado acrescentou que a covid-19 aprofundou as desigualdades estruturais e persistentes no Brasil, e afetou principalmente a vida de grupos em situação de vulnerabilidade. “Mais de 19 milhões de brasileiros e brasileiras passam fome no país, e 116 milhões sofrem de insegura-

» Duas perguntas para

MIGUEL URBÁN, eurodeputado espanhol pelo partido Anticapitalistas e membro do Grupo da Esquerda do Parlamento Europeu, em Bruxelas

Como o senhor analisa a condução da política de Bolsonaro no enfrentamento à pandemia da covid-19?

A política de Bolsonaro tem sido marcada por um ataque direto às maiorias sociais do Brasil, à opinião pública, ao meio ambiente e a qualquer um que se coloque à frente de seu projeto político ultraneoliberal. Todas as medidas que ele tomou no contexto da crise da covid-19 apontam nesta direção. Recomendar tratamentos (com hidroxiquina) sem base científica, financiando inclusive sua

produção; promover aglomerações e reuniões multitudinárias; boicotar a campanha de imunização desde o início da pandemia; ou minar o trabalho e a coordenação do sistema pública de saúde. No lugar do vírus, Bolsonaro declarou guerra à medicina, à ciência e à vida. A pandemia e sua nefasta gestão exacerbaram as lacunas e os problemas sociais que já existiam no Brasil e no mundo.

De que forma o senhor vê a ameaça representada por Bolsonaro a outras nações, no

que diz respeito à pandemia?

Bolsonaro é parte dessa minoria perigosa que coloca os benefícios de poucos sobre a vida e os direitos das maiorias sociais e do planeta. Vários estudos assinalam que ele expandiu a pandemia de forma deliberada. O resultado deste projeto necropolítico é que o Brasil se converteu no epicentro da pandemia, com 12% das mortes e 10% dos contágios pelo coronavírus em todo o mundo; é o primeiro país latino-americano com o maior número de óbitos causados pelo coronavírus. (RC)

rança alimentar. Uma catástrofe humanitária e social”, lamentou.

“Incubadora”

Durante a sessão do Parlamento Europeu, Jordi Solé, outro eurodeputado espanhol, advertiu que a gestão da pandemia por parte do governo brasileiro “pode transformar o Brasil em incubadora de novas ce-

pas” do Sars-CoV-2. Por sua vez, a legisladora portuguesa Isabel Santos citou o “negacionismo irracional” de Bolsonaro como fator agravante e acusou o presidente de “fazer tudo para que a população não seja vacinada”. “Não é um erro, e sim uma irresponsabilidade deliberada”, opinou. O também português Paulo Rangel declarou que o impacto da pande-

mia foi intensificado “por erros políticos e por visões negacionistas, como é o caso do Brasil” — sem mencionar diretamente Bolsonaro. Leopoldo López, também eurodeputado espanhol e pai do líder opositor venezuelano homônimo, fez questão de destacar “a negação da gravidade por parte dos governantes de alguns dos países com maior população”. (RC)